

# OS (NÃO) LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO EM TEMPOS DE CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA: O ESTUPRO COLETIVO DO RIO DE JANEIRO ENTENDIDO COMO UM ACONTECIMENTO

*Eliane Righi de Andrade<sup>a</sup>*  
*Talita Guimarães da Silva<sup>b</sup>*

## RESUMO

Este artigo discute o estupro coletivo ocorrido em maio de 2016, no Rio de Janeiro, como a instauração de um *acontecimento*, na concepção proposta por Foucault e Derrida para o termo. Adotando uma perspectiva discursiva e os estudos sobre a cultura da convergência desenvolvidos por Jenkins, refletimos sobre alguns efeitos de sentido e as consequências no campo político-social que emergiram da divulgação do acontecido pelas diferentes mídias.

**PALAVRAS-CHAVE:** acontecimento; convergência das mídias; estupro coletivo

Recebido em: 21 out. 2016

Aprovado em: 30 mar. 2017

## Introdução

Uma questão que remonta ao surgimento da modernidade diz respeito às fronteiras entre o público e o privado, entre aquilo que se mostra ou que se esconde; aquilo que pertence à vida “familiar” ou é da es-

---

<sup>a</sup> Doutora em Linguística Aplicada, é professora e pesquisadora no Programa de Mestrado interdisciplinar Limiar (Linguagens, Mídia e Arte) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

<sup>b</sup> Mestranda no Programa de Mestrado interdisciplinar Limiar (Linguagens, Mídia e Arte) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

fera coletiva. Tal problemática tem sido desenvolvida por vários estudiosos de grande relevância, tais como Weber (1964), que estuda, entre outros aspectos, o público na relação com a sociedade de direito, a qual surge na modernidade; Habermas (1984), que coloca a esfera pública como mediadora entre o Estado e a sociedade, com o surgimento da burguesia e a ascensão do capitalismo; e Thompson (2002), que estuda a visibilidade dos indivíduos - especialmente na política - a partir do advento das diferentes mídias.

Entretanto, no momento em que a virtualidade assume papel importante na formação do sujeito e que a cultura da espetacularização valoriza a imagem (DEBORD, 1997) e a publicização do privado (SIBILIA, 2008), a convergência das mídias tem um papel fundamental na divulgação das informações e das imagens, ressignificando os limites do público e do privado e criando novos acontecimentos das múltiplas leituras que possibilita.

É nesse espaço histórico que propomos discutir alguns efeitos de sentido que um evento ocorrido no Rio de Janeiro gerou, reconfigurando posicionamentos políticos, sociais e culturais por meio da amplitude de sua repercussão e disseminação pelas redes sociais e pelas mídias tradicionais. Trata-se do evento que nomearemos, com base em uma coletânea de recortes feita em diferentes mídias, como o “estupro coletivo” de uma garota numa favela carioca.

## **O evento e as condições histórico-sociais que o envolveram**

Na madrugada do dia 21 para o dia 22 de maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi ao Morro do Barão, na Zona Oeste do Rio, encontrar um rapaz. Essa é a única lembrança que tem daquela noite, pois sua próxima recordação já é da manhã seguinte, em que acordou dopada, sem roupa e cercada por homens armados. Sem grandes alardes ou explicações, a jovem deixou o morro, e o ocorrido permaneceria, durante os próximos dias, de conhecimento apenas dos envolvidos.

Em 25 de maio, no entanto, a adolescente descobriu um vídeo no Twitter divulgando o abuso sexual sofrido no dia 21. O material não apenas tornava público o que acontecera naquela noite, mas também ressignificava o ocorrido. A gravação feita com um aparelho de celular mostrava imagens da menina dopada, vulnerável e nua, seguidas de comentários jocosos sobre o fato, reve-

lando que, para os envolvidos, o conteúdo do vídeo era banal e passível de ser divulgado – afinal, foi compartilhado em uma rede social de amplo alcance.

Para os internautas, no entanto, a publicação foi recebida como uma possível prova de um crime de estupro. Empoderada pela comoção pública, a vítima denunciou o ocorrido, o que fez com que ele ganhasse ainda mais espaço nas mídias e gerasse manifestações de repúdio pelos usuários das redes sociais. No dia 27 de maio, a *hashtag*#EstuproNaoÉCulpaDaVitima<sup>3</sup> ficou entre as mais usadas no mundo, com 20 mil tuítes.

O sujeito que divulgou o vídeo, usuário da rede – identificado num verdadeiro trabalho coletivo de investigação *on-line*, mesmo antes de a denúncia do crime chegar às autoridades –, ignorava, talvez, o poder que as mídias digitais possuem para a disseminação de informações e imagens; desconhecia, também, que a convergência das mídias poderia colocá-lo - e os demais participantes de tal barbárie - na mira das autoridades, bem como no centro de uma revolta, especialmente feminista, como a que se deu. Por meio do fenômeno da convergência, os usuários da rede tiraram o fato das manchetes sensacionalistas do jornal para torná-lo um acontecimento, iniciado pelas redes sociais, que derivou em ações e discursos contra a nomeada “cultura do estupro”.

A mobilização das pessoas, engendrada pela disseminação rizomática das imagens e informações na rede, tornou-se um exemplo concreto de como o espaço virtual encontra-se hibridizado com a realidade, uma vez que mostrou sua força de vir a ser (LÉVY, 1996, p.17), quando passou da esfera virtual para uma possibilidade na esfera real, sofrendo, assim, uma “mutação de identidade”: da *zoação* – assim entendida por quem compartilhou tal vídeo orgulhosamente, sem pensar nas consequências de seu ato tanto para si quanto para o outro, vítima da situação – para um *crime* hediondo, punível por lei. Segundo Lévy (1996, p.16), esse seria o grande potencial da virtualidade, pois sua

atualização aparece então como a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.noticiasominuto.com.br/tech/230720/hashtag-sobre-estupro-coletivo-e-trending-topic-mundial>. Acesso em 14 jun. 2016.

dinâmica de forças e finalidades. Acontece então algo mais que a dotação de realidade a um possível ou que uma escolha entre um conjunto predeterminado: uma produção de qualidades novas, uma transformação das ideias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual.

Essa analogia da “atualização” do virtual pode ser estendida à noção do privado e do público: as imagens saíram da esfera privada em que os envolvidos se achavam em segurança, por aparentemente compartilhar laços comuns, para a visibilidade de um público cada vez maior – alcançado pela natureza viral da rede –, que pôde julgar as ações do grupo por um ponto de vista completamente diverso, fazendo uso, então, de mecanismos de controle de que a rede também dispõe, pois nem tudo pode ser dito, em qualquer lugar, por qualquer um e para um qualquer, como já apontara Foucault (2002), em *A ordem do discurso*.

Para entender o evento descrito como um acontecimento, seja da ordem discursiva – e aí nos baseamos em Foucault (2004) – seja da ordem da performatividade – trabalhada por Derrida (2004) –, é importante ressaltar as características que, segundo os autores, fazem de um fato qualquer um acontecimento: a imprevisibilidade, ou seja, algo que, por sua natureza singular, não era esperado. Segundo Foucault (2004), há certas condições que geram a emergência de um enunciado-acontecimento; no entanto, este rompe com a estrutura, pois faz emergir efeitos de sentido outros, não planejados em uma determinada formação discursiva. Já Derrida (2012) marca a “acontecimentalidade” de um fato por sua “im-possibilidade”, ou seja, por sua disruptura com o possível. Assim, “[u]m im-possível que não é somente impossível, que não é somente o contrário do possível, que é também a condição ou a chance do possível. Um im-possível que é a própria experiência do possível” (DERRIDA, 2012, p. 244).

Para ele, o evento, em sua relação com o discursivo – que é o dizer sobre ele –, pode se referir a algo que é apenas o relato de um fato, o qual, por sua natureza repetível, vem e passa, como uma mera informação. Tem-se aí um dizer, portanto, que se cria depois do acontecimento. Por outro lado, há o acontecimento ao qual é atribuída a natureza de acontecimentalidade (DER-

RIDA, 2012, p. 241), descrita como a singularidade do acontecimento, em que o dizer se produz juntamente com o ato, ou melhor, este o produz, já que os sentidos não cessam de deslizar, em razão de seu caráter performativo.

Pretendemos, então, neste espaço, discutir se o ocorrido se potencializa como um acontecimento e qual o papel que a visibilidade teve para torná-lo amplamente difundido, revelando, mais uma vez, o embaçamento entre as fronteiras do público e do privado.

Para isso, fizemos uma coletânea de recortes que, de alguma forma, (re) significaram o evento, promovendo reverberações, reações e outros discursos, cabendo-nos, então, refletir sobre sua “acontecimentalidade” e sobre essas derivas de sentido, as quais constituirão os arquivos de nossa memória e possíveis gestos de interpretação.

## **A visibilidade dos indivíduos ao longo dos tempos: distinções entre o público e o privado**

Com o advento da Internet, a visibilidade dos indivíduos comuns se amplia. A lógica possibilitada pelas redes sociais e pelo funcionamento da *web 2.0* permite que a rede – constituída por indivíduos em diferentes localidades – se construa não só pelo consumo de conteúdo, mas também por sua produção (BRUNS, 2006, p. 275-276). Esse ambiente cultural “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2009, p. 29) caracteriza o que chamamos na contemporaneidade decultura da convergência. Nesse contexto transmidiático, dá-se a produção de sentidos e, conseqüentemente, a atribuição de valores. Esse fenômeno não é somente responsável pela legitimação de determinados conteúdos, discursos e sujeitos – que são privilegiados nas redes e nas mídias –, mas também pela marginalização de outros, constituindo nossos arquivos de memória.

A ideia de visibilidade pode ser significada de diferentes formas. O debate que levantamos e referenciamos é trazido por Thompson (2002, p. 110), que discute como, ao longo da história, as sociedades se constituem por diferentes valores e práticas que definem o que pode ser público (no sentido de visível, exposto a todos) e o que é privado (aquilo que é guardado, restrito).

Atualmente, convivendo com as novas práticas desencadeadas pela cultura digital, em que somos expostos a textos multissemióticos (textos escritos, imagens, fotos), e com as palavras de ordem “tornar público, visível”, é difícil imaginar como era a interação com a informação antes do advento da mídia. Embora, nos dias atuais, o tornar indivíduos, ações e eventos públicos seja algo quase naturalizado e aceito, esta é uma prática resultante da nossa inserção na cibercultura e foi construída ao longo do tempo, de acordo com as novas possibilidades trazidas pelo avanço das tecnologias comunicacionais.

Antes do advento da imprensa, por exemplo, a relação com a informação era outra, e a interação entre as pessoas se dava apenas face a face; por isso, ao longo da história, a visibilidade de chefes de Estado e governantes foi constituída de diferentes práticas de exercício do poder e manutenção de seus governos. Na Grécia Clássica, o poder público era constituído por assembleias e discussões em grupos. Os cidadãos (somente homens) chegavam às decisões por meio de conversas públicas, sendo o poder exercido por aqueles que detinham a capacidade de sustentar seus pontos de vista. Nos estados monárquicos da Idade Média, a visibilidade dos reis ou de suas decisões era restrita, e as populações tinham pouco ou quase nenhum acesso aos acontecimentos e às figuras importantes.

Nessas sociedades, anteriores ao surgimento da imprensa, “a publicidade dos indivíduos ou dos acontecimentos era ligada ao compartilhamento de um lugar comum” (THOMPSON, 2002, p. 114). Para governar, aplicar decisões e leis, ou seja, tornar visível a forma de governo, eram necessárias demonstrações públicas de poder, como as fogueiras da Inquisição ou as execuções em praças abertas na Europa Medieval. Antes da imprensa, a visibilidade ou a publicidade (entendida como a prática de tornar algo público, acessível) só era possível por meio desses espetáculos e demonstrações na presença física dos indivíduos (tanto emissores quanto receptores).

A chegada, portanto, da imprensa escrita e, mais tarde, das mídias de massa (TV e rádio) ressignificou a dicotomia vida pública *versus* vida privada, uma vez que os modos de produção, difusão e apropriação promoveram novas formas de publicidade. Esses meios possibilitaram outras formas de registro e documentação, como a palavra impressa e as transmissões de rádio e TV gra-

vadas. Se antes da aparição do jornal não podíamos ver quem eram nossos governantes, com a ascensão da mídia impressa e a popularização da escola, após a Revolução Industrial no século XIX, a leitura proporcionou o acesso ao que os políticos diziam/publicavam. Mais tarde, a difusão da televisão permitiu o alcance de milhares de pessoas de uma só vez. Graças à qualidade do estímulo audiovisual e à capacidade de exibir acontecimentos longínquos, seus conteúdos passaram a ser entendidos como um retrato fiel da realidade, impactando fortemente a visibilidade dos indivíduos expostos pela mídia.

Com a expansão das redes sociais, os indivíduos comuns (não só as celebridades) têm a oportunidade de expor narrativas de si, compartilhar seus sentimentos, pensamentos, preferências, fotos, conteúdos, que antes eram tidos como de domínio do privado, constituindo assim as atuais maneiras de ser e estar no mundo (SIBILIA, 2008, p. 23). Ocupando o papel de consumidores e produtores de conteúdo, esses indivíduos se inserem na cultura da convergência das mídias (JENKINS, 2009). Nesse fenômeno, aquilo que se veicula por diferentes mídias (corporativa, alternativa) e usuários é influenciado por transformações mercadológicas, tecnológicas, culturais e sociais, uma vez que o público, os suportes midiáticos diversos e a Internet como principal meio possibilitam uma complexa lógica de produção, interesse e divulgação de conteúdo. Segundo Jenkins (2009, p. 138):

Uma história transmídia desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo. Na forma ideal de narrativa transmídia, cada meio faz o que faz de melhor – a fim de que uma história possa ser introduzida num filme, ser expandida pela televisão, romances e quadrinhos.

Interessados por esse fenômeno, num contexto específico em que as mídias expuseram e trabalharam uma narrativa sobre o estupro coletivo, transformando-o em um fato político, observaremos alguns materiais retirados da Internet que, de algum modo, se conectam ao acontecimento e que contribuíram para a criação dessa narrativa transmidiática sobre o ocorrido. Entendemos os recortes discursivos em sua relação com a materialida-

de linguística e a história, ou seja, a estrutura linguística em seu contexto de produção, o que nomeamos discurso, e as imagens como parte intrínseca dessa materialidade textual que constitui o discurso e produz efeitos de sentido. Essa produção de sentido implica a relação que se estabelece entre sujeitos e entre o sujeito e suas produções, em diferentes espaços midiáticos, sem que se tenha controle sobre os gestos de interpretação oriundos dessa relação. Nosso intuito é analisar como tal evento foi revozeado de formas distintas por usuários e pelas mídias, permitindo a criação de uma memória sobre ele e a produção de sentidos outros que o caracterizam como um acontecimento.

### **A criação de sentidos a partir da visibilidade do acontecimento**

As redes sociais são um exemplo concreto do funcionamento da convergência das mídias, permitindo que a visibilidade de um acontecimento se dê por diferentes meios e formas – o que implica uma maior liberdade aos usuários de escolherem os conteúdos a serem produzidos e consumidos – e atinja um grande número de pessoas com rapidez, proporcionando ao sujeito comum uma exposição exacerbada.

A exposição deflagrada pelo estupro, porém – como não poderia deixar de ser –, gerou consequências inimaginadas por seus *producers*<sup>4</sup> (BRUNS, 2006), tomou proporções não desejadas, já que é impossível o controle dos efeitos de sentido que um texto produz – *texto*, aqui, entendido como a materialidade linguística e as imagens que o compõem num determinado contexto de produção, tornando-o um discurso. Trazemos, então, alguns recortes que abordam o caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro entre os dias 21 e 22 de maio de 2016. Amplamente debatido em sua disseminação pelas mídias, o caso tomou rumos outros, e, por isso, fizemos uma breve seleção de imagens para delinear alguns desses percursos.

---

<sup>4</sup> O termo cunhado em inglês por Bruns (2006) refere-se àquele que consome (*consume*) e produz (*produce*) o que consome ao mesmo tempo, caracterizando a atitude de grande parte dos seguidores das redes sociais.



Figura 1: Extratos de fotos e de tuítes feitos por um internauta, que tornaram público o estupro coletivo<sup>5</sup>. Fonte: Blog Senso Incomum<sup>6</sup>.

A figura 1 traz os primeiros tuítes, do dia 25 de maio de 2016, que tornaram público o ocorrido. São fotos de uma menina desacordada e visivelmente machucada e de um dos supostos autores do crime. À esquerda, sobrepostos à foto da menina, há comentários acerca do abuso como: “amassaram a mina”, “o trem rasgou firme essa ai”, “sabotaram o corpo dessa ai”, mensagens que, a princípio, pareciam denotar deboche e orgulho em relação à ação realizada, a qual foi documentada em toda sua crueldade. Notamos que, até aqui, não havia nenhum escrúpulo, nenhuma vergonha ou inibição em divulgar o “evento” para os amigos (companheiros da rede), tanto que as publicações foram feitas por perfis com fotos e nomes dos usuários (que, mais tarde, foram verificados como reais); ou seja, até aquele momento, eles pareciam se julgar a salvo, compartilhando com a comunidade de “amigos” o ocorrido na madrugada de 22 de maio de 2016.

No entanto, a publicação de fotos e vídeos feitos com um aparelho celular rapidamente viralizou pelo Twitter (mídia usada pelos próprios autores)

<sup>5</sup> Depois do início da investigação, as imagens da vítima foram embaçadas na tentativa de diminuir a exposição da jovem na Internet.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://sensoincomum.org/2016/05/31/estupro-coletivo-por-que-sim-ha-uma-explicacao/>. Acesso em 5 jun. 2016.

e, depois, por toda a rede. No dia 26 de maio, os jornais impressos e digitais, bem como os televisivos, noticiaram o estupro. A vítima foi reconhecida, depois na polícia e se iniciou a investigação do crime.

Na rede, os protestos ganharam força em diferentes direções. Um internauta, incomodado, publicou a imagem a seguir, criticando a posição do jornal *Folha de S. Paulo*, que, ao usar a locução verbal “diz ter” na manchete sobre o evento, levantara uma suspeição acerca da veracidade do depoimento da vítima do crime. Após a repercussão no Facebook, a *Folha* alterou a manchete para: “‘Chorei quando vi o vídeo’, diz avó de garota *estuprada* em morro do Rio”.



Figura 2: Imagem publicada no Facebook por um usuário da rede social, mostrando sua própria edição da manchete da *Folha de São Paulo* sobre o estupro coletivo.

Fonte: Página do Facebook Caneta Desmanipuladora<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora/photos/a.245804172452703.1073741828.245795719120215/247746145591839/?type=3&theater>. Acesso em 5/06/2106.

O internauta-autor, em seu papel de consumidor e produtor de informação, fez a modificação no texto (que tinha sido divulgado também na versão impressa do jornal), criticando de forma contundente seu posicionamento. Tal evento gerou uma coluna da *ombudsman* na edição dominical do jornal naquela semana, com uma autocrítica:

## A cultura do estupro no jornal

05/06/2016 @ 02h00



"Chorei quando vi o vídeo, diz avó de garota que afirma ter sido estuprada" era o título da reportagem que entrou na versão digital da **Folha** na quinta-feira, 26 de maio.

Trazia o relato do caso de estupro coletivo ocorrido em favela da zona oeste do Rio, que chocou o país .

Só se tornou público por conta da divulgação de um vídeo que tem tanto de tenebroso quanto de inequívoco: uma garota nua aparece desacordada, com os órgãos genitais expostos e feridos, num ambiente em que um grupo de homens ri, debocha e toca nela humilantemente.

O título, que usa o recurso de atribuir à vítima a afirmativa de ter sido estuprada sem a chancela do jornal, revoltou leitores. "A garota não 'diz ter sido estuprada'. Não restam dúvidas. A garota foi estuprada", reclamou a leitora Natália Machiaveli ao Painel do Leitor. "É de uma insensibilidade atroz", disse Renato Janine Ribeiro, professor de ética e filosofia política à *ombudsman*.

Para a Redação, escrever que a garota diz ter sido estuprada não se trata de erro, mas de descrição factual, pela qual não se levantaria dúvida alguma sobre o estupro em si. Discordo. Soa como covardia do jornal, disfarçada de distanciamento.

No dia anterior (25/5), por cerca de duas horas, o jornal publicou texto na internet que falava de "suposto estupro". Erro grave. O editor de "Cotidiano", Eduardo Scolese, explica: "Quando vimos o vídeo, não havia dúvida: a menina havia sim sido estuprada. Fomos os primeiros a afirmar isso, citando a lei de 2009", que passou a considerar atos libidinosos como crime de estupro.

Como escreveu o diretor da Sucursal do Rio, Marco Aurélio Canônico: "Ninguém que tenha assistido ao vídeo em que a jovem desacordada é molestada por um homem, enquanto ao menos um outro grava a cena e um terceiro assiste, pode ter dúvida de que ela foi estuprada".

Figura 3: Texto publicado na Coluna Ombusman da *Folha de São Paulo*.

Fonte: Costa, Paula Cesarino. A cultura do estupro no jornal. Coluna Ombudsman.

In: *Folha de S. Paulo*, 06 jun. 2016<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/06/1778394-a-cultura-do-estupro-no-jornal.shtml>. Acesso em 10/7/2016.

É possível seguir, então, parte do percurso que o conteúdo da reportagem fez entre diferentes leitores, comuns ou ilustres (como Natália Machiaveli e Renato Janine Ribeiro), entre os jornalistas (Eduardo Scolese, Marco Aurélio Canônico e a própria *ombudsman* Paula Cesarino Costa), chegando aos internautas, com a produção de uma nova manchete (figura 2) e com as derivas de sentido que foram se materializando em narrativas nas redes sociais.

Observamos, a seguir, a repercussão do evento em um jornal internacional:



Figura 4: Imagem da manchete de um jornal indiano tratando do estupro coletivo brasileiro. Fonte: Saxelen, Shobhan. *Brazil Faces its own 'Nirbhaya' crisis: 16-years-old raped by 33 men in Rio*<sup>9</sup>. In: *Times of India*, 27/5/2016.

Selecionamos, dessa figura, a manchete do jornal *The Times of India*, com o seguinte dizer: "Brasil encara sua própria crise de Nirbhaya: jovem de 16 anos é estuprada por 33 homens no Rio"<sup>10</sup>, fazendo referência ao caso ocorrido em Nova Délhi, em 2012, em que uma garota, apelidada de Nirbhaya pela mídia, morreu após ter sido vítima de um estupro coletivo dentro de um ônibus.

Observamos, nesse caso, que o jornal trabalhou com a intertextualidade produzida com o recurso da narrativa transmidiática, uma vez que o evento no

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/world/rest-of-world/Brazil-faces-its-own-Nirbhaya-crisis-16-year-old-raped-by-33-men-in-Rio/articleshow/52460624.cms>>. Acesso em 25/06/2016.

<sup>10</sup> Tradução nossa.

Brasil circulou o mundo por meio não só da mídia tradicional mas também pelas mídias digitais, como Facebook e Twitter. Ao designar o evento como a sua “própria crise Nirbhaya”, o jornal buscou semelhanças com o ocorrido em seu país. Derrida (2004), ao definir o que entende como acontecimento, descreve sua natureza, ao mesmo tempo, de repetição – o que remete a uma “mesmidade”, permitindo-nos identificar o devir de um acontecimento – e de singularidade, de diferença, que remonta às condições sociais e históricas específicas do evento, permitindo-nos identificar a imprevisibilidade do acontecimento e a ruptura na cadeia dos significantes, produzindo sentidos outros.

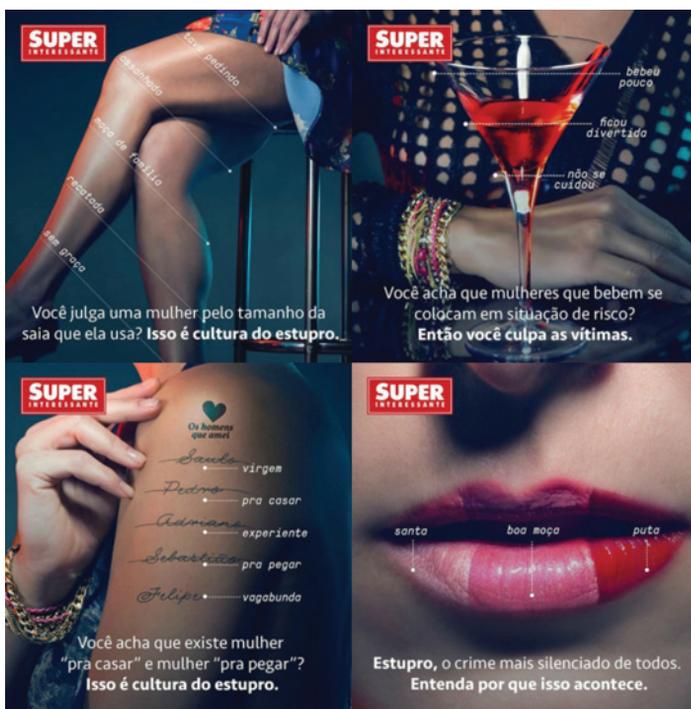


Figura 5: Recorte originalmente veiculado em julho de 2015 pela revista *Superinteressante* e repostada em um blog após o estupro coletivo. Fonte: Amorim, Ana Isabel de Sousa. Precisamos falar sobre a cultura do estupro. *Jornal Universitário do Pampa*. 28 mai. 2016<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://junipampa.info/cultura/precisamos-falar-sobre-a-cultura-do-estupro/#.V1ShEurLL8>. Acesso em 5/6/2016.

A figura 5, veiculada originalmente na revista *Superinteressante* em julho de 2015, voltou a ser utilizada em um blog, no dia 28 de maio de 2016, para debater o que foi designado como a “cultura do estupro”. Isso aconteceu porque o crime ocorrido no Rio de Janeiro, amplamente divulgado por mídias diversas, deu início a debates sobre a igualdade de gêneros e a culpabilização sofrida pela vítima, fato que saiu do espaço jornalístico e midiático e ganhou contornos no campo político-social, com a discussão da existência de uma cultura machista que, se não protege publicamente o agressor, ao menos intimida a vítima, ao atribuir a ela certa parcela de “culpa” (ser bonita, usar roupas provocantes, ter uma conduta não “recatada” etc.).

A “cultura do estupro”, porém, não foi “inventada” ou nomeada com esse evento. Tal expressão foi intensamente veiculada nos anos de 1970, pelo movimento feminista, em resposta a normas e valores vigentes que privilegiavam a aceitação de certas práticas coercitivas em relação às mulheres, fruto de sociedades patriarcais que historicamente colocavam a mulher em subserviência ao homem. Assim, a partir de uma existência anterior, em outro tempo-espaço, o termo assumiu sua singularidade perante as condições históricas, sociais e culturais vigentes no Brasil e foi (res)significado, inaugurando uma nova cadeia de significantes que a ele foi atribuída, construindo uma memória sobre o evento, que perdurará até que outras “leituras” sejam feitas sobre tais arquivos. Com base em sua ressignificação, alguns dizeres tornam-se interditados em certas formações discursivas (FOUCAULT, 2002, p.36-37), sendo submetidos a mecanismos de controle e de censura. Isso acontece com maior facilidade nas redes sociais, por causa da disseminação instantânea de mensagens em quantidade gigantesca e do tempo mínimo em que as respostas são (re)produzidas. A seguir, trazemos um exemplo desse poder exercitado nas redes por seus membros e seguidores:



Figura 6: Imagem do tuíte de Danilo Gentili publicado em 2012 e repostado em maio de 2016. Fonte: Portal R7.<sup>12</sup>

Em meio à polêmica, *posts* satirizando a vítima e discutindo a legitimidade/origem do termo “cultura do estupro” são massivamente compartilhados. A figura 6 é um *print* de uma postagem do humorista Danilo Gentili realizada em 2012, referindo-se a um evento ocorrido no programa *Big Brother Brasil*, que foi republicada na ocasião do estupro coletivo, como uma possível reação do artista ao ocorrido no Rio. Dadas as novas condições de produção do mesmo dizer, por outros enunciadores que dele se apropriaram no momento em que o estupro coletivo se fixava em nossas memórias como algo sórdido, hediondo e de uma violência gratuita à mulher, tal repostagem gerou uma manifestação no dia 1 de junho de 2016 em frente à casa de shows em que o artista se apresentava em São Paulo, como resposta e crítica a seu possível posicionamento, entendido como apologia à cultura do estupro.

Entre outras repercussões do ocorrido que saíram do espaço discursivo de onde se originaram e tomaram o espaço político, trazendo outros fios da memória que estavam aparentemente “esquecidos”, temos a visita do ator Alexandre Frota ao ministro da Educação, Mendonça Filho, do governo de Temer.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/blogs/keila-jimenez/2016/05/28/apos-ataque-a-jovem-no-rio-danilo-gentili-apaga-post-sobre-estupro/>. Acesso em 5/6/2016.



Figura 7: Imagem do post feito no *Twitter* do ator José de Abreu sobre a visita do ator Alexandre Frota ao ministro da Educação. Fonte: Portal RD<sup>13</sup>.

A reunião, que ocorreu no dia 25 de maio de 2016, foi veiculada no Twitter de Frota e é comentada (e ironizada) por artistas e por matérias de jornais impressos e digitais. Além de ressaltar a falta de capacidade do ator em contribuir para a Educação, os internautas lembraram que, em maio de 2014, Frota contou, em um programa de TV, ter estuprado uma mulher. Diante dos acontecimentos do estupro coletivo, o ator foi alvo de críticas por sua apologia ao estupro, que foi trazida à memória dos internautas, por eles mesmos, nas mídias digitais. Temos aqui, novamente, a interação das mídias para a produção de conteúdos que se complementam, se acrescentam, em tempos diferentes, uma vez que qualquer usuário da rede pode buscar conteú-

<sup>13</sup> Disponível em: <http://rd1.ig.com.br/famosos-comentam-encontro-de-alexandre-frota-com-ministro-da-educacao-veja/>. Acesso em 05/06/2016.

dos disponíveis nas diferentes mídias e, republicando-os em outras condições, fazê-los produzir novos sentidos, como ocorrera com os dizeres de Gentili.

Passemos, então, para o último passo desta análise.



Figura 8: Imagem da notícia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Fonte: Pennafort, R. Com execução decretada pelo tráfico, jovem deixa Estado do Rio.

In: *O Estado de S. Paulo*. 31 maio 2016<sup>14</sup>.

Dia 31 de maio de 2016, foi anunciada a saída da jovem violentada do Rio de Janeiro, provavelmente também em função da grande exposição e repercussão do acontecimento. Ela, então, passou a ser atendida pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, uma vez que recebera ameaças de morte, desencadeadas também pela atenção que o caso chamou para o tráfico daquela favela. Essa é uma exemplificação da consequência que a convergência das mídias pode provocar para fatos que, sem uma conexão aparentemente direta, se articulam pelas relações de poder que atravessam os grupos sociais em que estão inseridos e que são parte constitutiva do tecido social.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,vitima-de-estupro-coletivo-deixa-estado-do-rio,10000054380>. Acesso em 5/6/2016.

O que nos chama, ainda, a atenção nesse recorte do *Estado de S. Paulo*, veiculado nas redes sociais, é que a menina ficará isolada do acesso à Internet para não ser localizada, ou seja, a mesma rede que tornou possível a denúncia do crime que sofreu pode ser usada para promover sua “punição”, em forma de vingança daqueles que foram expostos por ela. Isso permite-nos concluir que a Internet, como meio para a convergência de várias outras mídias e em seu funcionamento em rede, acaba explicitando como os discursos se entrelaçam, produzindo sentidos que não são controláveis ou esperados, servindo como um espaço discursivo para a irrupção de acontecimentos de natureza discursiva e performativa, pois levam não só à produção de novos discursos, mas também a mobilizações que podem gerar transformações políticas, sociais e culturais.

## Considerações finais

As figuras apresentadas ilustram o que chamamos de convergência das mídias e o processo de tornar visíveis sujeitos e fatos que nem sempre viriam a se tornar públicos sem o *modus operandi* da rede. São constituídas de imagens e textos diversos – de jornais, revistas, blogs e redes sociais –, mas que trazem em comum alguma ligação com o caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro. Algumas delas têm o ocorrido como tema central (1, 2, 4 e 8), mas outras (3, 5, 6 e 7) tangenciam o tema a partir do momento em que seus leitores/consumidores encontraram consonância entre os discursos trazidos pelas imagens e as vozes de diferentes dizeres acerca do estupro coletivo. Nesse movimento, em que diferentes mídias tratam de um mesmo assunto, produzindo e possibilitando novos sentidos, temos a presença da convergência das mídias. Segundo Jenkins (2009, p. 29):

[p]or convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando.

Desse modo, neste breve artigo, buscamos mostrar, por meio das figuras selecionadas, dois pontos principais: o papel dos indivíduos como consumidores e produtores de conteúdos e o potencial da convergência midiática em produzir novos e múltiplos sentidos, diante da singularidade de um acontecimento. Conforme discutido no início do texto, as mídias digitais alteraram a nossa relação com a visibilidade e com os conteúdos consumidos e produzidos. Exemplo disso é a repercussão do estupro coletivo no Rio de Janeiro, que se tornou público por meio do Twitter. Somada a isso, a convergência das mídias em torno do assunto deu voz crítica a grupos feministas, a ativistas e a pessoas comuns, ao mesmo tempo em que foi alvo de piadas e polêmicas. Promoveu ainda a interdiscursividade com o discurso político e educativo, com a associação de Frota à cultura do estupro na sua inusitada aparição com o ministro da Educação, e, ainda, a intertextualidade com uma antiga postagem de Gentili, que gerou protestos em frente à casa de shows onde o ator se apresentava, uma vez que ele estava sendo criticado por apologia ao estupro.

A convergência possibilita, portanto, a conexão de conteúdos midiáticos dispersos (JENKINS, 2009, p.29), permitindo a construção de novos sentidos e movimentações sociais em curto espaço de tempo, sem que tenhamos controle de quais caminhos e sentidos nossas produções na rede terão. A visibilidade em tempos de convergência, portanto, é imprevisível e rizomática, pois, a partir do momento que tornamos um conteúdo público, já não podemos nos certificar de aonde ele chegará e de que modo isso ocorrerá.

Dessa forma, entendemos o acontecido naquela madrugada, em conjunção com as derivações de sentidos promovidas pelas ações por ele desencadeadas, seja no mundo virtual seja no mundo real, como um acontecimento na concepção foucaultiana e derridiana, uma vez que esteve marcado pela imprevisibilidade, pelas interpretações que fugiram do campo exclusivo do repetível; afinal, a sociedade brasileira, historicamente marcada por seu patriarcalismo, tendia, em geral, a fazer do estupro um crime silenciado e de natureza privada, ao qual, muitas vezes, se atribuiu à vítima a dor solitária e/ou alguma culpa, salvo em casos em que o criminoso fosse considerado um “monstro”, um pária, e, portanto, um “fora da sociedade” – assim como os loucos, os doentes e os prisioneiros o foram em outros momentos da história (FOUCAULT, 2002). No caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, o crime, mais do que discursi-

vizado, gerou reações e punições – características de uma sociedade que abriga não só formas de poder disciplinares, como a justiça e a família, mas também se autogere, controla e age, fazendo uso das redes sociais –, e, o que mais nos surpreende, produziu outras ações, outros acontecimentos em torno da violência sofrida, muitas vezes, silenciosamente pela mulher, interdita por sentimentos como medo, vergonha, submissão e impunidade. Com a convergência das mídias, então, o sujeito-internauta deixa de somente consumir conteúdo para produzi-lo, questioná-lo e, quiçá, gerar novos eventos.

Daí entendermos de que maneira o acontecimento primeiro deu forma a uma ação generalizada de repúdio e protestos, como o movimento nas redes sociais contra a “cultura do estupro”, o qual contribuiu, efetivamente, para a geração de outras ações e discursos. Se tomarmos fatos posteriores ao estupro coletivo, podemos, a título de ilustração, mencionar a denúncia por apologia ao estupro contra o deputado Jair Bolsonaro, oferecida em dezembro de 2014 pela Procuradoria Geral da República, em nome da deputada federal Maria do Rosário, e que somente foi recebida pelo Supremo Tribunal Federal um ano e meio depois do ocorrido; a denúncia de violência feita em junho de 2016 pela atriz e modelo Luiza Brunet, agredida pelo companheiro; entre outros. Dessa forma, é possível entender a memória como um processo contínuo de formação, potencializado pela convergência das mídias e pelas diferentes formas de agenciamento social, processo este que está sempre sujeito a novas interpretações dos arquivos que compõem a memória discursiva.

## Referências

ABREU, J. Portal RD1. 26 mai.2016. Disponível em: <<http://rd1.ig.com.br/famosos-comentam-encontro-de-alexandre-frota-com-ministro-da-educacao-veja/>>. Acesso em 05/06/2016.

AMORIM, A. I. de S.. Precisamos falar sobre a cultura do estupro. *Jornal Universitário do Pampa*. 28 mai. 2016. Disponível em: <<http://junipampa.info/cultura/precisamos-falar-sobre-a-cultura-do-estupro/#.V1ShEucrLL8>>. Acesso em 5 jun. 2016.

BRUNS, A. Towards Prodisusage: Futures for User-Led Content Production. In: SUDWEEKS, Fay; HRACHOVEC, Herbert; ESS, Charles (eds.). *Proceedings Cultural Attitudes towards Communication and Technology*. Tartu: Estonia, 2006, p. 275-284.

Caneta Desmanipuladora. 26 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora/photos/a.245804172452703.1073741828.245795719120215/247746145591839/?type=3&theater>>. Acesso em 5 jun. 2016.

COSTA, P. C. A cultura do estupro no jornal. Coluna Ombudsman. *Folha de S. Paulo* (versão on line) 06 jun. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/06/1778394-a-cultura-do-estupro-no-jornal.shtml>>. Acesso em 10 jul. 2016.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DERRIDA, J. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. Seminário de Montreal, para Jacques Derrida, 1º. de abril de 1997. Trad. Piero Eyber. *Revista Cerrados*, v. 21 n. 33: p. 275-284. Universidade de Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. *Papel-Máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

#EstuproNaoÉCulpaDaVitima. 31 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.noticiasominuto.com.br/tech/230720/hashtag-sobre-estupro-coletivo-e-trending-topic-mundial>>. Acesso em 14 jun. 2016.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LÉVY, P. *O que é o Virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

MORGENSTERN, F. Blog Senso Incomum. 31 mai.2016. Disponível em:<<http://sensoincomum.org/2016/05/31/estupro-coletivo-por-que-sim-ha-uma-explicacao/>>. Acesso em 5 jun. 2016.

PENNAFORT, R. Com execução decretada pelo tráfico, jovem deixa Estado do Rio. *O Estado de S. Paulo* (versão online). 31 maio 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,vitima-de-estupro-coletivo-deixa-estado-do-rio,10000054380>>.

Portal R7. 28 mai. 2016. Disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/blogs/keila-jimenez/2016/05/28/apos-ataque-a-jovem-no-rio-danilo-gentili-apaga-post-sobre-estupro/>>. Acesso em 5 jun. 2016.

SAXENAL, S. Brazil faces its own Nirbhaya crisis: 16-years-old raped by 33 men in Rio. *Times of India* (versão online) 27 mai. 2016. Disponível em: <<http://timesofindia.indiatimes.com/world/rest-of-world/Brazil-faces-its-own-Nirbhaya-crisis-16-year-old-raped-by-33-men-in-Rio/articleshow/52460624.cms>>. Acesso em 25 jun. 2016.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*. 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. New York: The Free Press of Glencoe, 1964.

## (NO) BOUNDARIES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE IN MEDIA CONVERGENCE TIMES: RIO DE JANEIRO'S COLLECTIVE RAPE AS AN EVENT

### ABSTRACT

This article discusses the collective rape that took place in May 2016, in Rio de Janeiro, as the establishment of an event, in the conception proposed by Foucault and Derrida for the term. Adopting a discursive perspective and the studies on the culture of the convergence developed by Jenkins, we reflect on some meaning effects and the consequences in politico-social field that emerged from the aforementioned event by the time it was disclosed by different media.

KEYWORDS: event; media convergence; collective rape